



Categoria da cultura em Marx e no marxismo: aproximações ao contexto

Categoría de cultura en Marx y el marxismo: enfoques del contexto

Júlia Érika Moreira Bastos¹

Resumo: Este artigo apresenta parte do contexto de discussão da categoria da cultura no pensamento de Marx e no marxismo, destacando sua importância dentro da teoria do materialismo dialético. Embora Karl Marx e Friedrich Engels não tenham tratado diretamente do tema, a relação entre objetividade e subjetividade fundamentada no trabalho humano é central para a compreensão do desenvolvimento cultural. O objetivo desta análise é introduzir uma abordagem crítica às diferentes interpretações marxistas sobre cultura, particularmente, ao recorrer aos contextos da Primeira e Segunda Internacional. A partir da teoria de Marx, a cultura é entendida como um fenômeno social enraizado nas relações materiais e produtivas da sociedade. O trabalho é visto como a atividade universal de mediação entre o ser humano e a natureza, determinando dialeticamente a produção cultural. Contudo, são necessários certos cuidados quanto à promoção de estudos a respeito dessa categoria no “marxismo”, pois é preciso se atentar às distorções resultadas da Segunda Internacional, representadas por figuras como Kautsky, Bernstein e Plekhanov. O artigo conclui que a cultura, em sua essência, é inseparável do processo modelo de transformação da natureza, o trabalho, sem, contudo, estabelecer com ele uma relação hierárquica.

Palavras-chave: Trabalho. Cultura. Marxismo. Segunda Internacional.

Resumen: Este artículo presenta parte del contexto de discusión sobre la categoría de cultura en el pensamiento de Marx y en el marxismo, destacando su importancia dentro de la teoría del materialismo dialéctico. Aunque Karl Marx y Friedrich Engels no abordaron directamente el tema, la relación entre objetividad y subjetividad, fundamentada en el trabajo humano, es central para comprender el desarrollo cultural. El objetivo de este análisis es introducir un enfoque crítico sobre las distintas interpretaciones marxistas de la cultura, en particular recurriendo a los contextos de la Primera y Segunda Internacional. A partir de la teoría de Marx, la cultura se entiende como un fenómeno social arraigado en las relaciones materiales y productivas de la sociedad. El trabajo es concebido como la actividad universal de mediación entre el ser humano y la naturaleza, determinando dialécticamente la producción cultural. No obstante, se requieren ciertos cuidados al promover estudios sobre esta categoría en el “marxismo”, ya que es necesario prestar atención a las distorsiones derivadas de la Segunda Internacional, representadas por figuras como Kautsky, Bernstein y Plejánov. El artículo concluye que la cultura, en su esencia, es inseparable del proceso modelo de transformación de la naturaleza, el trabajo, sin que ello implique una relación jerárquica entre ambos.

Palabras clave: Trabajo. Cultura. Marxismo. Segunda Internacional.

1. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e professora da rede estadual de ensino do estado do Ceará (SEDUC – CE). E-mail: julia.bastos@unesp.br. 

Introdução

Este breve artigo versa a respeito da categoria da cultura, tema ao qual foi dada significativa atenção pelo pensamento marxista como um todo. Essa assertiva possui base histórica. Por mais que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) não tenham adentrado nesses estudos mais diretamente, à teoria-método² do materialismo dialético, cujos fundamentos são majoritariamente oriundos dos empenhos do primeiro dos dois pensadores, é uma rica exposição da relação que se interpõe pelo real entre objetividade e subjetividade. Em sua essência de ser gênese de toda práxis social (Marx, 1983; Lukács, 2018b), essa relação toma parte, inclusive, da dinâmica do surgimento e desenvolvimento cultural. Ao refletir o em si da realidade social — sempre de forma aproximada e mediada —, Marx possibilita a objetivação de outras pesquisas cujas particularidades vão além do que foi capaz de dar conta em vida. Dentre elas, estão as relacionadas à questão da cultura. Nesse sentido é que se colocam na história do marxismo, especialmente no século XX, diferentes estudos a respeito.

Visto desse modo, portanto, o objetivo desta análise é apontar em linhas gerais o contexto das reflexões marxistas a respeito da produção e fruição de cultura. Isso será realizado ao registrar-se criticamente alguns dos momentos da história do marxismo significativos quanto à expressão desse problema, com destaque, aqueles que se desenvolvem no interior da Primeira e Segunda Internacional. Ainda que com todas as restrições que se interpõe a qualquer pesquisa abreviada e generalista, como é o caso desta que se introduz, a exposição valida-se pela justa tentativa de sintetizar algumas das principais diferenças internas ao contexto geral de investigações acerca do cultural no campo do marxismo. Como será denotado na sequência, trata-se de assunto envolto de variadas controvérsias entre pensadores, o que, muitas vezes, abriga certa confusão quanto à delimitação crítica dentre eles.

Desenvolvimento

Ao se evocar o método de Karl Marx, já se deve prever, lado-a-lado, a presença de sua teoria, e vice-versa. Mas o sentido específico que se gostaria de enfatizar ao referir-se à “teoria-método” marxiana como algo conjunto, é a materialidade do ser do pensamento de Marx, pois que não existe método apartado da

2. Na base da pretensa pesquisa aqui anunciada está a teoria-método de Marx, resgatada por György Lukács (1885-1971), em sua produção sobre a ontologia marxiana. Ela é referenciada por ele em diferentes escritos, entre eles destaque-se *Prolegômenos e Para a ontologia do ser social* (Lukács, 2018a; 2018b). O conjunto de questões levantadas pelo pensador húngaro formam um todo articulado de grande contribuição para a retomada do pensamento marxiano no seu em si, na qual se encontra o entendimento da realidade social a partir da atividade unicamente humana de reproduzir a si, homem, e a própria sociedade: o trabalho. Nesses termos, investigado em seu caráter universal, ontologicamente a partir do trabalho é possível também compreender o processo cultural.

realidade, que seja capaz de apreender o em si da existência³. A teoria de Marx é materialista ao reconhecer-se subordinada ao real, sem com isso deixar de manter com a realidade, ao mesmo tempo, uma mútua determinação. Esta relação de mutualidade determinativa entre objetividade e conhecimento, inclusive, é uma das expressões da essência dialética do real, de afirmação e superação de contradições que o compõem. Como as outras expressões, ela é geneticamente originada no trabalho. Tratar desta categoria corresponde à aprofundar-se um pouco mais no debate sobre a materialidade do real refletida na teoria marxiana.

Apesar da atividade humana de trabalho ser reconhecida por outros autores enquanto categoria do humano⁴, é Marx que desvela sua correspondência à esfera do social em caráter de especificidade. Dito de outra maneira, o trabalho se mostra na realidade não apenas uma ação do gênero humano, mas única e exclusivamente dele. Essa ação, por essência, corresponde à transformação da natureza em objetivações, as quais são respostas aquilo que homens e mulheres socialmente necessitam. O trabalho é práxis e fundamento econômico no sentido em que nele o fazer o pensar se unem dialeticamente originando o conjunto do ser social, o que inclui a natureza social, o todo societal e os indivíduos e suas personalidades.

É precisamente na ação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro *ser genérico*. Tal produção é a sua vida genérica activa. Através dela, a natureza surge como a *sua* obra e a sua realidade. Por conseguinte, o objecto do trabalho é a *objectivação da vida genérica do homem*: ao não reproduzir-se apenas intelectualmente, como na consciência, mas activamente, ele duplica-se de modo real e intui o seu próprio reflexo num mundo por ele criado (Marx, 1993, p. 165, grifos do autor).

Uma importante determinação que delimita o trabalho como atividade exclusiva do ser social é a capacidade humana real de traçar objetivos. A teleologia, como é denominada essa qualidade, é fundamento da ação genética de transformação do mundo pelo gênero humano. Por isso Marx circunscreve o caráter teleológico do trabalho como algo restrito ao todo que corresponde à sociedade humana, não ao complexo inorgânico, não ao orgânico, ou qualquer ser de existência abstrata:

No processo histórico pelo qual homens e mulheres produzem a sua subsistência, a atividade efetuada mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, é pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso, uma matéria natu-

3. Antes que se pense estar identificando teoria e realidade – e com isso tomando-se uma postura possivelmente hegeliana, de promoção da identidade entre sujeito e objeto –, é necessário lembrar que há reconhecimento de que o reflexo da realidade na consciência se dá apenas por aproximação.

4. Pense-se, como exemplo, em Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.), Georg Hegel (1770-1831) ou Henri Bergson (1859-1941), cada um na medida das suas particularidades teóricas e históricas.

ral adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio (Marx, 1983, p. 151).

Observe-se que ao afirmar “O trabalho se uniu com seu objetivo” o pensador torna evidente uma relação entre a ação fundamentalmente humana e o ato teleológico consciente, e note-se que há correspondência entre essa conexão e aquelas entre prática e teoria, objetividade e subjetividade. Elas se referem à dinâmica tão inerente à existência, quanto, ao mesmo tempo, conformada pela prioridade ontológica do ser sobre a consciência. Marx e Engels sintetizam: “A consciência (*Bewusstsein*) não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente (*bewusstes Sein*), e o ser dos homens é um processo de vida real” (Marx e Engels, 2007, p. 48, grifos nossos). Nem remotamente aqueles pensadores deixam de considerar o valor da consciência para a produção social — “[...] as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias de seu processo material de vida” (Marx e Engels, 2007, p. 49). Ocorre que a conscienciosidade é sempre consciência do ser, “sua consciência”.

Na análise ontológica social de Marx e, em sua esteira, Georg Lukács, demonstra-se não haver consciência sem ser. Nesse sentido, o surgimento do humano a partir da materialidade é uma necessidade inexorável. O indivíduo dotado de consciência faz-se na própria atividade de transformação do entorno. Apenas quando, nesse processo, o pensamento se objetiva, ou seja, quando a consciência, de certa forma, transforma-se em ser, pode-se afirmar nascido também o gênero humano. Observe-se que não se põe contraposição entre consciência e ser, pois ambos são necessários à atividade do trabalho. Essa resolução metodológica aponta que o problema não está na oposição ou identificação entre os dois, mas sim no entendimento da relação dialética de uma categoria em relação com a outra. Se os pressupostos do real são os homens em atividade material, para sua apreensão mais próxima que possível, as premissas da atividade de pesquisa não podem ser diferentemente idealistas e abstratas.

Importa acentuar neste início, ainda, que quanto ao entendimento marxiano da categoria da cultura — dos elementos que lhe tomam parte, das relações que estabelecem entre si e do todo dialético que lhe conformam — é necessário deter-se em sua origem, natureza e função social. Ou seja, buscar as raízes ontológicas desse fenômeno e seu sentido na sociedade, ambos constituídos historicamente pelo gênero humano, mediadamente, a partir da sua atividade, o trabalho.

Marx não chega a escrever nenhum texto em particular sobre a categoria da cultura, poucas vezes chegando a fazer uso do termo, o qual era amplamente

utilizado pelo pensamento idealista alemão (Frederico, 2016). No entanto, isso não é suficiente para inviabilizar estudos do tema a partir de sua obra. Esses dados, como se deve notar, apenas aparentemente contraditórios entre si, são afirmados e reafirmados de diferentes maneiras no decorrer desta exposição sobre o debate do respectivo assunto pelo pensamento marxista. Há uma concepção de cultura em Marx. Conforme introduziu-se até agora sobre a teoria marxiana, ao se estabelecer fenômeno do fazer humano, a cultura é parte essencialmente determinada pelo modo com o qual ele próprio produz a sua própria vida — seja no passado, com as sociedades “pré-históricas”, ou no presente, com o capitalismo em crise estrutural. Paralelamente, ela é criação material dos homens e mulheres, de forma tal que se põe a influenciar esse mundo social. As objetivações culturais se manifestam ligadas à produção e reprodução humanas.

Contudo, admite-se que esse complexo desvelamento não faz parte do escopo deste trabalho, o qual, como anunciado, se restringe a uma apresentação geral de diferentes apreensões da respectiva categoria, posteriores a Marx e interiores ao pensamento marxista. É nesse sentido que optou-se por citar algumas ideias lançadas pela controversa Segunda Internacional, sendo mencionados para tal Plekhanov e Bernstein. Note-se, portanto, que de forma certamente restrita e limitada, a linha de desenvolvimento argumentativo incide sobre a trajetória da Internacional Comunista.

Cultura e crise na Segunda Internacional

Referências ao “partido de Marx”, por seus adversários, ocorrem desde os anos 40 do século XIX, com destaque, ao período da Liga dos Comunistas, dissolvida nos anos 50 daquela centúria (Haupt, 1979). Porém, não é conveniente se referir nem mesmo à Primeira Internacional como associação “de Marx”, pois a realidade organizativa do movimento é bem mais complexa. Recorde-se brevemente que a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1872), a Primeira Internacional, da qual Karl Marx chega a participar de fato, surge como movimento trabalhista no continente europeu, a partir de sua fundação em Londres. Ela acaba por aglutinar ao redor de si diferentes organizações sindicalistas que se fortaleciam naquele mesmo período, fazendo crescer assim a base internacionalista. Ideologicamente, de maneira geral, foi presente em seu interior a disputa entre os sindicalistas liberais ou radicais-liberais; mutualistas de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865); anarquistas, balizados por Mikhail Bakunin (1814-1876); e outras organizações como o blanquismo e sansculotismo — estes dois últimos especificamente típicos do cenário francês. Fato é, o socialismo de Marx, apesar de ter conquistado uma proeminência entre os trabalhistas, não era uma opção generalizada (Hobsbawm, 2014).

Apesar do clima imediato de desmobilização da classe trabalhadora a partir da segunda metade da década de 1870 — não apenas expressa no enfraquecimento geral do movimento trabalhista e o consequente fim da Primeira Internacional, mas pelo fracasso da Comuna de Paris (1871) e da única revolução europeia em voga no momento, a espanhola (1874) —, as conquistas estavam historicamente postas:

Daquele momento em diante, os movimentos da massa trabalhadora se tornaram organizados, independentes, políticos e socialistas. A influência da esquerda socialista pré-marxista havia sido quebrada e em consequência, a estrutura da política seria constantemente modificada (Hobsbawm, 2014, p. 186).

A Segunda Internacional (1889-1914), como amplamente reconhecido entre os historiadores do marxismo, foi uma grande desventura do movimento operário. Quando se diz que ali, enfim, o marxismo se tornou hegemônico, é preciso questionar, imediatamente, a qualidade do pensamento “revolucionário” reproduzido em seu interior. Ao mesmo tempo, quando comparada à Primeira, na Segunda Internacional tem-se um aumento significativo do “interesse pelos escritos de Marx e Engels e expande-se sua divulgação” (HAUPT, 1979, p. 361) — entre o operariado, inclusive. Essas iniciativas são promovidas com ênfase por Karl Kautsky (1854-1938), através da revista teórica *Neue Zeit* (1883-1923), vinculada ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Conforme declarado por muitos dos seus próprios contemporâneos, ali, ele acaba por trabalhar de maneira a distinguir

a obra teórica de Marx do “marxismo”, no qual enxergam [seus críticos à época] uma ideologia construída por discípulos inconsistentes, eles apontam a Kautsky como o maior responsável, o perverso inspirador, o inventor de um dogma por ele pregado e erigido em evangelho, apropriando-se da autoridade de Marx, na tentativa de impor ao partido as próprias doutrinas como doutrina oficial (Haupt, 1979, p. 368).

Os dogmas de Kautsky são criticados e ridicularizados em círculos internos ao próprio SPD, sem deixar por isso de continuar nutrindo uma escola “marxista” em torno da *Neue Zeit*.

A crise revisionista oriunda da Segunda Internacional é amplamente criticada por Vladimir Lênin⁵ (1870-1924), o qual rompe com esse movimento em 1914. Em um de seus momentos de crítica à Kautsky, no qual nega em detalhes a categoria da ditadura do proletariado como defendida por aquele, Lênin dá uma boa amostra do nível das divergências entre eles:

5. Conferir Imperialismo: estágio superior do capitalismo; Estado e revolução; e A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky.

Kautsky deturpou da forma mais inaudita o conceito de ditadura do proletariado, transformando Marx num vulgar liberal, isto é, desceu ele próprio ao nível do liberal que lança frases vulgares acerca da “democracia pura”, escondendo e esbatendo o conteúdo de classe da democracia *burguesa*, esquivando-se acima de tudo à violência revolucionária por parte da classe oprimida. Quando Kautsky “interpretou” o conceito de “ditadura revolucionária do proletariado” de modo a fazer desaparecer a violência revolucionária por parte da classe oprimida contra os opressores, de facto bate o recorde mundial da deformação liberal de Marx. O renegado Bernstein não é mais do que um fedelho em comparação com o renegado Kautsky (grifos dos autor).

Ao se refletir a questão da cultura a partir do marxismo, faz-se necessário ter em mente que não se está a pôr em debate uma categoria qualquer. Especialmente quando se remete ao movimento da Segunda Internacional (1889-1916), em particular, no século XX, vale retomar que nesse período “a fortuna crítica do pensamento de Marx conheceu um surpreendente deslocamento: a crítica da economia política ficou em segundo plano, cedendo lugar entre os seus discípulos para o estudo de fenômenos pertencentes ao mundo da cultura” (Frederico, 2016, p. 9). Neste que mais se aproxima de um universo, a literatura recebe atenção excepcional pelos marxistas.

É a partir desse contexto, apenas em parte explanado, que o revisionista Eduard Bernstein (1850-1932), amigo pessoal de Kautsky e outro expoente de relevo da problemática Internacional referenciada, deixa suas contribuições sobre o âmbito cultural. Apesar de haverem significativas divergências teóricas entre os dois, Lênin coloca ambos como teóricos que prestaram um desfavor à causa dos trabalhadores por adotarem, cada qual ao seu modo, posicionamentos que renegam o marxismo revolucionário. No que toca a questão da cultura, Bernstein adota uma postura a respeito do entendimento e papel da educação como processo cultural⁶, especialmente, em dado intervalo de tempo na União Soviética. Deve-se registrar também quanto à história do marxismo, por exemplo, os problemáticos estudos materiais mecanicistas sobre cultura e arte que fluem do interior do reformismo de Georgi Plekhanov (1856-1918).

Quando se pensa a história do marxismo URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviética), 1956 é um ano bem distinto. Como deve-se recordar, esse foi o ano do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Com ele “começou a se pôr em marcha — mediante a subversão progressiva, mas radical, de todos os valores e princípios petrificados, dogmatizados pelo stalinismo — a ‘velha toupeira’ marxista do espírito crítico, da investigação histórica” (Semprún,

6. Vale o lembrete de que ambos fizeram parte da Segunda Internacional, organização dos partidos socialistas e operários em funcionamento entre 1889 e 1916.

2013, p. 23). Nesse congresso foi lido o *Relatório Secreto* de Nikita Khrushchev (1894-1971), cujo título oficial é *Sobre o culto à personalidade e suas consequências*. O escrito denuncia de forma enfática a repressão e os abusos cometidos por Josef Stálin (1878-1953), como se pode observar, morto três anos antes.

É quando, então, do interior do bloco de países submetidos à hegemonia russa, se pronunciam diferentes movimentos de manifestação quanto às contradições, expostas por Khrushchev e vivenciadas por esses países: “O ano de 1956 marcou para mim, como para tantos outros comunistas, o início da ruptura com uma confortável e otimista representação do estado e das perspectivas do nosso movimento” (Claudín, 2013, p. 29). Tem-se exemplos na Polônia e na Hungria de levantes que tomaram o relatório como seu estopim.

Entre os diversos e profundos questionamentos que se estabelecem abertamente a respeito do sistema staliniano, segundo confirma Claudín (2013, p. 30), um se destaca em especial: “que marxismo era o nosso — em sua dupla vertente, teórica e prática — que, em vez de nos servir para decifrar a realidade, ocultava-a e a mistificava?”. É neste ponto da história que há uma provocação veemente para se pensar o retorno, em essência, à teoria de Marx. Georg Lukács (1885-1971) terá um importante papel nesse sentido.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu introduzir o contexto de discussão da categoria da cultura em Marx e no marxismo, tomando como base parte da história da Primeira e Segunda Internacional. Foi mencionado o metabolismo da respectiva categoria no pensamento de Marx, sem deixar de referir-se a alguns aspectos da sua evolução no marxismo, posterior a ele. Com base no percurso teórico traçado e diante os equívocos da Internacional Socialista, ficou evidente que a cultura, para Marx, está profundamente enraizada nas relações materiais e produtivas da sociedade, e que o aspecto revolucionário de sua teoria não pode ser negligenciado.

Conforme apresentado por Marx, a cultura é um fenômeno social relacionado e ontologicamente posterior ao trabalho, atividade universal de mediação entre ser humano e natureza. Mas sem que isso se trate de uma relação hierárquica. A conexão entre trabalho e cultura é mutuamente determinativa, mesmo que o primeiro se expresse na realidade como fundante da produção e reprodução do ser social. Não existe no real, nesse sentido, primazia de essência ou autonomia absoluta dos fenômenos culturais quanto à organização produtiva. A cultura é parte de um todo histórico vivo.

Referências

- CLAUDÍN, Fernando. (2013). **A crise do movimento comunista**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular.
- FREDERICO, Celso. (2016). **Ensaaios sobre marxismo e cultura**. Rio de Janeiro: Mórula.
- HAUPT, Georg. (1979). Marx e o marxismo. In: HOBBSAWN, Eric *et al.* **História do marxismo I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Sales. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LUKÁCS, Georg. (2018a). **Prolegômenos e Para a ontologia do ser social**: obras de Georg Lukács: volume 13. Tradução de Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1e0IOPE9klyDzqaItS365K_RY7ag94RRN/view. Acesso em: 22 set. 2025.
- LUKÁCS, Georg. (2018b). **Para a ontologia do ser social**: volume 14. Tradução de Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ejbfNx-1CiLCCWKauy3URKbKZLFFaYzYl/view>. Acesso em: 22 set. 2025.
- MARX, Karl. (1983). **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. Volume I.
- MARX, Karl. (1993). **Manuscritos económicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2007). **A ideologia alemã**. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BASTOS, Júlia. (2024). **Fundamentos da teoria do reflexo**: o processo do conhecimento com base na Grande Estética de Georg Lukács. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a7c195a6-2ef3-4749-ae9d-8bd1c7842729/content>. Acesso em: 22 set. 2025.
- SEMPRÚN, Jorge. (2013). Prefácio. In: CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular.